

A FORMA DA FÁBULA

Estudo de semântica discursiva

Alceu Dias Lima

Alceu Dias Lima

"O mundo e o país  
sendo uma verdadeira selva, nada mais  
natural do que falar em..foima de fábulas,"  
(Claudius)

## 1. Preliminares

A insistência no componente imaginário, alegórico, ou até mesmo mentiroso da fábula, com que os dicionários de uso, guardiães do senso comum, a conceituam, dá ênfase à oposição pa lavra VS fato, que serve de base á orientação metodológica da tradição dos estudos da linguagem, posta em questão em suas pretenções absolutistas, pela lingüística de inspiração saussuria na, Embora alguns desses dicionários mantenham o costume de consignar a raiz latina na sua acepção de fala, a definição que acabam por formular e perpetuar, voltada apenas para o sentido (nos nossos termos, para o efeito de sentido), põe de Jado a idéia de procedimento discursivo, latente em fala, e trata exclusivamente daquilo que, na investigação mais moderna, será designado como substância do conteúdo. O estudo do sentido só será pertinente quando levar em conta a natureza sígnica, ou melhor, semiótica do sentido, devidamente articulado em expressão e conteúdo,

A conseqüência dessa tomada de posição dos estudos ditos humanísticos na tradição é que o aspecto propriamente discursivo da fábula, muito bem sugerido, embora não desenvolvido pela denominação, passa a plano secundário, para dar lugar a especulações aontedísticas pouco ou nada consentâneas, insiste-se, das preocupações com a linguagem.

O que o presente estudo se propõe a explorar, ainda que sem acompanhar todo o percurso gerativo, é a fábula em seu esta

tuto semântico. Assim sendo, observações atinentes a aspectos sintáticos da fábula dever-se-ão a que, sendo ela um discurso, torna-se impossível dela tratar, mesmo que perfunctoriamente, sem referência explícita ao seu cunho enunciado, entendido enunciado como o resultado da enunção, e esta como a instância necessária que propicia a passagem das estruturas semióticas ao discurso.

Essa atitude, na pior das hipóteses, acabará, esperase, por resgatar a idéia de fala, presente no étimo de fábula, por mais que obscurecida pelas preocupações veridictórias dos que, ao modo Fedro, a tomaram para denominação de seus escritos, de suas fábulas.

O objeto deste trabalho é, pois, a obra de Fedro e, em consequência, a de Esopo, que, a crer os historiadores, o precedeu de cerca de seis séculos, bem como de todos aqueles autores que, antes ou depois deles, produziram textos, os quais, também quando são considerados à luz de critérios semiolinguísticos, continuam chamando-se fábula. Esses textos, postula-se, podem ser enfiados numa única categoria, ainda que guardem entre si grandes diferenças, quando focalizados pelo discurso de outras ciências do homem que não a semiótica, podendo mostrar atitudes conflitantes, que vão do mais ingênuo e alienante conservadorismo (Cf. Fedro, 66) ao mais caustico e instigante insofismo (Cf. J. Prévert, "Le chat et l'oiseau"<sup>2</sup>) Para ser mais preciso, a redação destas reflexões está apoiada na obra de seis escritores, tendo fábula como palavra chave do título e mais o poema "Le chat et l'oiseau", das Histoires de Jacques Prévert. Essas fábulas guardam entre si, quer na sua própria estrutura — todas as fábulas —, quer por meio do envio explícito, nominal, ao predecessor (caso das de Fedro, La Fontaine e Monteiro Lobato), relação inter-textual.

As diferenças de fundo — da substância — acima apontadas, de cuja existência se pode duvidar, não afetam, em todo caso, a forma discursiva, que é estruturalmente a mesma, de Esopo e Prévert e a Claudius, conforme se tentará mostrar por

meio de elementos a seguir esboçados.

## 2. A fábula e a sintaxe discursiva

Mesmo sendo comum certas fábulas alinharem num só e mesmo texto, numa mesma fábula, unidades da história e do discurso (no sentido de Benveniste), não deve isso ser considerado como sendo constitutivo da fábula em geral, ou seja, da fábula enquanto espécie da narrativa. Por exemplo, é sinal indiscutível da presença do narrador no texto a evocação nominal de Esopo em diversas das narrativas fedrianas. Esse nome próprio de pessoa denuncia a presença no texto de um narrador de discurso que enuncia Esopo que diz a fábula. E essa irrupção do discurso na história é sem dúvida digna de nota na fábula em que se encontra, mesmo porque em muitas outras isso não ocorre. O procedimento pode ser homologado à forma pela qual Claudius termina uma das suas fábulas (e seu livro de fábulas), onde escreve:

"Moral:

histórias como essa não têm moral alguma."<sup>3</sup>

em que a palavra moral, desambiguizada pela disposição na página e pela posição no fim da fábula, ao mesmo tempo em que desmistifica a maneira tradicional, estereotipada de se contarem fábulas, confirma performativa, metalingüística e até poética - mente a estrutura fabular da tradição esopo-fedriana. convém lembrar aqui que essa palavra, moral, corresponde, como variante, a ensina, que serve de predicado da frase metalingüística "A fábula ensina..." e sinônimos, ou ao discurso equivalente de expressão suprasegmental. Não esquecer também que só pela catálise dos componentes da sintaxe da linguagem verbal por ela implicados é que essa palavra pode ser sintatizada ao aonjunto da fábula. A frase resultante da catálise seria mais ou menos esta: A moral desta fábula é...

Como se vê, qualquer que seja a maneira pela qual se manifeste o discurso representado, neste caso, por moral, ele

é sintaxicamente exterior tanto á história em si quanto à moral da fábula. Sem o recurso aos conceitos postos à disposição pela teoria da enunciação, não há nenhuma possibilidade de eólica - ção metodológica desse discurso na economia de uma fábula. A pro va é que até hoje os estudos sobre a fábula só viram nela a his- tória e a moral. Esse costume é mais uma confirmação do precon - ceito oontedista, inicialmente apontado. Não ler o discurso me talingüístico da fábula, seja qual for a maneira pela qual se exprime: seja pela simples palavra moral, seguida de dois pon- tos e em destaque, encabeçando parágrafo, depois da história, ou, como faz o grego com o seu hō mythos déloi. "a fábula mostra " e sua tradução latina multivariada: testatur haec fabella propo- situm meum; paucis ostendamus uersibus...; testis haec narratio est; id esse uerum parua haec fabella indicat. ou mesmo pela simples mudança de entonação que se dá à prolação do enunciado , não ler esse discurso é, no mínimo, deixar incompleta a tarefa lingüística de análise do discurso pelo qual o texto da fábula se atualiza. Este é parte, queira ou não o analista, do discurso da fábula, e o trabalho de análise só poderá ser dado por con - cluldo quando todas as seqüências que o formam tiverem sido loca lizadas, apreciadas e coerentizadas como plano de expressão do conteúdo que se está analisando.

Como ficou dito, o instrumental de que pode valer-se a tualmente o estudioso para a leitura das seqüências metalingüis- ticas como estas é o que se prende á problemática da enunciação. A enunciação aqui preconizada é a que se concebe como "instân- cia lingüística, logicamente pressuposta pela própria existên- cia do enunciado (que dela contém traços e marcas)"\*. E o -discur- so metalingüístico que introduz a moral da fábula, por ela pres- suposto, é precisamente uma dessas marcas. A presença da pala vra moral, ou, o que dá na mesma, a mudança de tom (para mais grave) que a leitura da moral em si mesma exige, sugerida forte- mente, por exemplo, por Millór. Fernandes,<sup>6</sup> mediante procedimen- tos gráficos, trai de modo inequívoco a existência do narra- dor, isto é, daquele que enuncia, do responsável enfim, pela enun

dação. A bem considerar, todavia qualquer enunciado, qualquer texto ou discurso, ainda que não ultrapasse os limites de uma única frase, com marcas ou sem elas, implícita a sua enunciação. O destaque está sendo dado aqui às marcas enquanto lugar privilegiado que são dessa instância lingüística e do seu papel na leitura da fábula. Se se insiste na apreciação de um único lugar — o do discurso metalingüístico de expressão variada, pois vai da frase elíptica à simples mudança de tom elocutório e aforístico, que serve de conexão entre a história e a moral — para o estudo da enunciação, será em primeiro lugar por causa do alcance que o problema adquire na teoria geral da narrativa e a seguir por causa do esquecimento a que tem sido relegado em estudos da fábula, para os quais essa parte simplesmente não existe. Mas é claro que um trabalho que tenha por objeto o desenvolvimento do assunto, não é o caso deste, que se dará por contente de lançar-lhe os fundamentos, terá de levar em conta questões de monta como a da debragem e a da debragem. Pela primeira, cria-se o efeito de sentido referencialidade, mediante o apagamento das marcas da enunciação; pela segunda, o efeito de sentido enunciação, graças à instalação no discurso dos termos categoriais apropriados que podem ser sintetizados em "eu-aqui-agora". É, por exemplo, pelo procedimento da debragem dita enunciativa que um ator Esopo aparece como narrador na fábula de Fedro, como naquela onde se lê:

Cum tristem seruitutem flerent Attici,

(...)

Aesopus talem tum fabellam rettulit. 7

"Como os atenienses estivessem a chorar o peso da servidão, foi aí que Esopo contou a seguinte fábula."

O exemplo ilustra ainda, pelo emprego de tum = "Naquele momento", portanto não agora e de Attici = "os de Atenas", aom que se eliminam ao mesmo tempo o eu (mais uma vez) e o aqui, a debragem temporal e a espacial.

Por mais pertinentes que sejam na análise de muitas fã-

bulas, de cuja estrutura particular são constitutivos, esses procedimentos da sintaxe discursiva, a qual compreende a enunciação com seus desdobramentos de actorialização, especialização e temporalização, não são abrangentes o bastante para que neles se possam situar todas as fábulas, nem se restringem ao âmbito da espécie, de modo a servir de fundamento à sua organização sintáctica particular. No que concerne aos procedimentos nqrm mais da sintaxe discursiva, tudo leva a postular que, desse ponto de vista — o da sintaxe discursiva — a fábula é um discurso qualquer e como tal deve ser tratada.

### 3. A fábula e a semântica discursiva

É constitutiva da fábula a instalação no seu texto de atores 1. não-humanos, ainda que por vezes antropomórfos, os quais respondera por ações não-humanas, e 2. humanos, por mais que figurativizados, responsáveis por ações — virtuais — humanas. Atores não-humanos são os da história e. atores humanos, os da moral. A oposição antropomorfo VS humano será pertinente se se levar em conta que a existência de fábulas com a presença de pessoas (mescladas ou não a animais) entre os atores da história, mesmo que obtida por nomes marcados em seu núcleo pelo sema humano (um rei, um homem, um pastorzinho, Américo Fisca-pisca, a menina do leite, uma viáva, etc.), não se referem ao ser humano ao modo tal, "ao que é próprio do homem" e sim ao que lhe fe incidental, rotineiro, adquirido culturalmente em decorrência do gosto, do hábito, do capricho e até do vício ou mesmo de deficiências congênitas, de tudo aquilo, em suma, que pode resultar na transformação do homem em tipo, em caricatura, em algo desumano. Esse efeito de sentido desumanização (do humano) obtêm-se na fábula quer pelo emprego de nomes derivados (motivados, segundo R. Barthes), indicadores de profissão, cargo, título: o poeta, o pastor, o médico, o rei, o lavrador; quer por adjetivação: o homem feio e o homem mais feio, o estudante grande e o professor pequenino, a moça do leite; quer pelo uso do nome

próprio pitoresco ou apelido: Américo Pisca-pisca, Prof. Sá Bicho, Patarata, Izé Biriba, Zé Galinha ou que registre hábitos discriminatórios, defeitos físicos ou morais: Unha de Fome, Jeca, José dos Andrajos, Parco de Alcântara, Patarata, Pedro Pereira Fedrosa, ou simples adjetivo substantivado: o orgulhoso, o êbrio, o calvo, o velho, etc.

Quanto aos atores humanos da fábula, figurativizados ou não, são eles os instalados na moral para retomarem, em plano virtual, o programa narrativo atualizado na história. Se se exclui da moral, que sempre conta uma história de homens, ao contrário da história, que sempre conta uma história de bichos, mesmo que tenha, para isso, de recorrer à desumanização como se viu, se se exclui da moral o aparato de enunciação enunciativa constituído da palavra moral ou de procedimentos equivalentes, todos de natureza metassemiótica, tem-se um discurso de breado enunciativo, como o de uma verdade científica. Nesta, os atores são sempre os homens ou figuras deles ancoradas por outras semióticas (provérbios, ditos sentenciosos, ou paródias deles), cuja interpretação deve ser feita anteriormente à do discurso que suporta a fábula, a fim de que possa servir de plano de expressão desta.

Num nível mais profundo, a leitura integral de uma fábula qualquer mostrará a disseminação ao longo de toda ela, ou seja, tanto ao longo da história quanto da moral, dado que esta recapitula, se bem que virtualmente, os programas e percursos narrativos daquela, dos mesmos valores já atualizados pela semântica narrativa, num processo que se pode chamar de tematização. Esta, a tematização, será mais abstrata, difusa, na moral, podendo-se então dizer que ela é um discurso não figurativo, e mais concreta, mais concentrada, na história; dir-se-á então da história que ela é, por seu estatuto temático, um discurso figurativo. É a textualização obtida por esses dois procedimentos que dará como resultado a fábula. Mas, afinal, não é esse um comportamento normal de todo aquele que discorre, que discursa, por tempo mais ou menos longo sobre qualquer assunto ?



Qual o orador (sacro, forense, parlamentar) , qual o professor, o conferencista, que não joga com esses dois procedimentos, que não equilibra estrategicamente a doutrina e o exemplo, a frase séria e o dito chistoso ?

Essas últimas observações parecem deixar claro estar-se no domínio de fenômenos discursivos que abrangem muito mais coisa do que a fábula. Esta, se se quiser ater-se á sua especificidade, deve ser estudada naquele âmbito restrito dos procedimentos semânticos a que se chamou aqui da desumanização. Eles situam a fábula na instância da manifestação. Em níveis mais profundos , esse tipo de narrativa não se distingue do apólogo, do conto, da lenda, e nem mesmo da novela e do romance, já que problemas da extensão não são aqui pertinentes, ao mo pertinente não é a ordem em que se apresentem história e moral, uma em relação á outra. A rigor, não é necessário que a moral se encontre tópicamente plantada antes ou depois da história, podendo ela disseminar-se pelo discurso da história, o que dá a impressão superficial de que não há moral. Ela será obtida, neste caso, por recurso à enunciação. Não seria então, volta a insistir-se, a enunciação e, portanto, a sintaxe, constitutiva da fábula ? Daquelas era que isso ocorre, sim, não porém, da fábula era geral.

#### NOTAS

- 1.0 número nas citações de Fedro é aquele que aparece em negrito antes de cada fábula do autor na edição "Les Belles Lettres" da coleção Guillaume Budé.
2. Prevert, Jacques - "Le chat et l'oiseau". In Histoires. Galliard, Paris, 1963, p. 70.
3. Claudius - Era uma vez...Fábulas políticas. Erasiliense, São Paulo, 1980. (Última página).
4. Catálise è termo posto em circulação por L. Hjelmstev. Para a sua correta acepção, ver Dicionário de Semiótica, s.v. catálise.
5. A-J.Greimas e J Oourtès, Dicionário de semiótica s.v. Enun<sup>ci</sup>ação, 1.

6. Millôr Fernandes - Fábulas Fabulosas, Nórdica, Rio de Janeiro (6ª edição) 1963. (Todas as fábulas)
7. Fedro, Fábulas, 3

### NOTA BIBLIOGRÁFICA

#### TEXTOS

- Ésope - Fables, Société d'Éditions "Les Belles Lettres", Paris, 1967\*
- Fedro - Fables, Société d'Éditions "Les Belles Lettres", Paris, 1969.
- La Fontaine - Œuvres complètes, Éditions du Seuil, Paris, 1965.
- Prévert, J. - Histoires, Gallimard, Paris, 1963.
- Monteiro Lobato - Fabulas, (20ª edição) Brasiliense, São Paulo, 1967.
- Millôr Fernandes - Fábulas Fabulosas, (6ª edição) Nórdica, Rio de Janeiro, 1963.
- Claudius - Era uma vez... Fábulas políticas, Brasiliense, São Paulo, 1980.

#### SEM3ÔTICA

- Benveniste, E. - Problemas de lingüística geral, Tradução de M.A. Novak e L. Neri. Oomp. Editora Nacional, São Paulo, 1976.
- Greimas, A.J. e Courtes, J. - Dicionário de Semiótica, Cultural, São Paulo, 1983.
- Greimas, A.J. - Maupassant. La sémiotique du texte, Éditions du Seuil, Paris, 1976.